

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO:

Compete à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo a implementação e a gestão de uma política de limpeza urbana que atenda às necessidades do Município de forma integrada e eficaz, tendo em vista as dimensões econômica, ambiental, cultural e social, e sob a premissa do desenvolvimento sustentável, através do acesso aos serviços de saneamento básico em condições adequadas.

Acresce-se à justificativa já explicitada no edital que, dada a essencialidade dos serviços de limpeza urbana - uma das preocupações dos gestores municipais não só por razões sanitárias hoje agravadas com a pandemia da COVID-19 - é necessário reconhecer e destacar o seu papel na saúde pública sem desconsiderar, portanto, a sua importância pelo reflexo estético na beleza de uma comunidade ocasionada por uma cidade limpa, notadamente quando está sendo falada de uma cidade histórica como Ouro Preto/MG.

Devido ao aumento da geração de resíduos sólidos urbanos ocasionado pelo crescimento populacional e econômico, há o imperativo legal de se adotar a forma ambientalmente correta e adequada de tratamento e disposição final do comumente denominado “lixo comum” ou “lixo urbano”, de modo a garantir a qualidade de vida e a saúde pública da população.

O serviço de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos não perigosos gerados pelo Município de Ouro Preto/MG não se aborda de forma destacada, individualizada, isolada, tendo em vista que outros serviços precisam a ele ser integrados com o intuito de se garantir a efetiva consecução e pleno atendimento das diretivas legais e infralegais.

Tendo em vista a impossibilidade de execução direta dos serviços enumerados neste documento com mão de obra, locais preparados e licenciados, bem como a inexistência de equipamentos próprios da Administração Municipal e, ainda, a obrigatoriedade de atendimento à Legislação Ambiental (Lei n.º 11.445/07 - Lei do Saneamento Básico, e Lei n.º 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), dentre outras que concernem aos procedimentos relacionados ao manejo, tratamento e disposição final adequados dos resíduos sólidos urbanos não perigosos gerados pelo Município de Ouro Preto/MG (Sede e Distritos), faz-se necessário a realização da presente licitação.

Notadamente no que tange a um município com relevante valor histórico e cultural como o de Ouro Preto/MG, a contratação de empresa para o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos não perigosos gerados pelos munícipes, comércio e turistas mostra-se necessária tendo em vista que hoje estes resíduos são destinados em local inapropriado, dispostos diretamente no meio ambiente sem qualquer tratamento.

Exemplo a ser seguido na preservação de relevante patrimônio histórico e cultural, nosso município mostra-se em atraso no que diz respeito ao correto manejo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos não perigosos que gera.

Neste contexto é indispensável a contratação de empresa com as condições e capacidades técnicas para atender as necessidades e anseios do Município de Ouro Preto/MG, bem como às diretivas legais e infralegais.

2. OBJETO:

Constitui objeto deste documento a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TRANSBORDO, TRANSPORTE RODOVIÁRIO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, E PÚBLICOS DE CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES, NÃO PERIGOSOS (CLASSE II-A E CLASSE II-B, ABNT NBR 10.004:2004) (RSU) GERADOS PELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG E SEUS DISTRITOS, NO QUANTITATIVO ESTIMADO DE 1.500,00 TON/MÊS, DEVENDO O TRATAMENTO E A DISPOSIÇÃO FINAL ACONTECEREM EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, compreendendo as seguintes atividades descritas abaixo:

- a) Operação, manutenção e monitoramento de estação de transbordo de RSU;
 - a.1) Implantação da estação de transbordo em imóvel a ser indicado pela Prefeitura Municipal;
 - a.2) Fornecimento de mão de obra, conforme Anexo A;
 - a.2) Fornecimento de contêineres de capacidade volumétrica mínima de 30m³, apropriados para o transporte rodoviário por meio de caminhões equipados com implemento roll on roll off, conforme Anexo B;
- b) Transporte rodoviário de RSU em caminhão com implemento roll on roll off;
 - b.1) Fornecimento de mão de obra, conforme Anexo A;
 - b.2) Fornecimento de veículos e equipamentos, conforme Anexo B;
- c) Tratamento e disposição final dos RSU gerados pelo Município de Ouro Preto/MG e seus distritos, em aterro sanitário licenciado;

Exige-se da contratada a manutenção do licenciamento válido e vigente deste aterro sanitário, com o cumprimento de suas condicionantes, seu controle e monitoramento tecnológico, tudo em observância às normas aplicáveis, conforme especificado no edital e anexos do certame do qual resulta esta contratação.

Estima-se a quantidade de resíduos sólidos urbanos domiciliares, e públicos de características domiciliares, não perigosos, gerados pelo Município de Ouro Preto/MG, em 1.500,00 toneladas por mês, estimativa esta que leva em consideração as atuais pesagens realizadas em balança rodoviária realizadas pelo próprio Município, bem como quando avaliadas as orientações do estudo do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas), PROC-IBR-RSU 001/2017-ANÁLISE DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (acessível pelo endereço

eletrônico <http://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2017/10/PROC-IBR-RSU-001-2017.pdf>).

Explica-se:

De acordo com o IBRAOP, no caso de não haver série histórica ou quando a mesma for inconsistente, deverá ser considerada uma taxa de geração per capita de fontes referenciadas como, por exemplo, a do IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 - conforme tabela indicada a seguir:

População (habitantes) ; Índice (kg/hab/dia):

Até 200.000 habitantes ; 0,45 a 0,70 kg/hab/dia.

Acima de 200.000 habitantes ; 0,80 a 1,2 kg/hab/dia.

Como informa o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população do Município de Ouro Preto/MG no último censo realizado (ano de 2010), era de 70.281 habitantes, sendo a população estimada para o ano de 2021 em 74.824 habitantes. Não havendo censo realizado após o ano de 2010, apenas estimativa, utiliza-se como referência esta estimativa populacional para o ano de 2021 para o cálculo com os índices IBRAOP acima (informação do IBGE acessível pelo endereço eletrônico <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>).

Utilizando-se a população de 74.824 habitantes, empregando-se os índices previstos em estudo do IBRAOP, a quantidade estimada de resíduos sólidos urbanos gerados em Ouro Preto/MG pode oscilar entre 1.010,124 a 1.571,304 toneladas/mês.

Como se vê, a média mensal estimada pelo Município com base nas pesagens que realizou não se distancia daquele quantitativo estimado que se alcança utilizando o estudo do IBRAOP.

Sendo este Município uma cidade histórica, foco de visitas, espetáculos, shows e encontros de negócios, dentre outras atividades, que se intensificaram com a diminuição dos impactos negativos – notadamente das restrições de circulação e aglomeração – da pandemia da

COVID-19, mostra-se possível até mesmo projetar o aumento deste quantitativo mensal em médio prazo.

Adota-se, portanto, o quantitativo mensal dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos, gerados por Ouro Preto/MG, em 1.500,00 toneladas.

A contratação pretendida deverá ser pelo período de 60 (sessenta) meses conforme adiante justificado.

Os resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares não perigosos coletados no Município serão temporariamente acondicionados em local denominado estação de transbordo, que possui como objetivo a transferência destes resíduos coletados e inicialmente acondicionados em caminhões compactadores, para contêineres objetivando o transporte rodoviário por caminhões de grande capacidade equipados com implemento roll on / roll off.

Estima-se o quantitativo mínimo de mão de obra a ser empregado na execução dos serviços no ANEXO A - QUANTITATIVOS DE MÃO DE OBRA.

O valor pago a título de mão de obra deverá respeitar a convenção coletiva aplicável a cada categoria profissional.

Os referidos contêineres serão fornecidos de acordo com a demanda do Município, devendo possuir, cada um, capacidade volumétrica de no mínimo 30m³, e estarem aptos ao transporte rodoviário por meio de caminhão equipado com implemento roll on / roll off.

Estes contêineres serão disponibilizados pela empresa contratada em sua estação de transbordo a ser construída integralmente às suas expensas, em terreno cedido pelo Município de Ouro Preto/MG.

Estima-se o quantitativo destes contêineres no ANEXO B - QUANTITATIVOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS.

O transporte rodoviário será realizado por caminhões equipados com implemento roll on / roll off, todos 8x4, com CMT de no mínimo 56 toneladas, com reboque para transporte de até 02 contêineres simultaneamente, e deverão possuir estes caminhões no máximo 04 (quatro) anos de idade a ser verificada na data da sessão de recebimento e abertura dos envelopes, objetivando-se, com isto, a segurança dos envolvidos e terceiros na correta prestação deste serviço.

O quantitativo dos caminhões roll on roll off, e reboques, consta do ANEXO B – QUANTITATIVOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, cada caminhão com tempo de fabricação de no máximo 04 (quatro) anos.

O transporte rodoviário deverá ser realizado com reboque acoplado, motivo pelo qual exige-se que a empresa contratada possua este equipamento em quantitativo definido no ANEXO B – QUANTITATIVOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS.

O tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares gerados pelo Município deverão ser realizados em aterro sanitário devidamente licenciado perante o órgão ambiental fiscalizador do Estado de Minas Gerais, apto a gerar ao Município sua parcela do ICMS Ecológico.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS / RESÍDUOS ABRANGIDOS POR ESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

Os resíduos sólidos urbanos classificam-se de acordo com a NBR ABNT 10.004:2004 em:

- a) Resíduos Classe I – Perigosos: inflamáveis, corrosivos, reativos, tóxicos e patogênicos;
- b) Resíduos Classe II – Não perigosos – Dividem-se em II-A e II-B:
 - Resíduos Classe II-A – Não Inertes: Apresentam propriedades de biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.
 - Resíduos Classe II-B – Inertes: Quando expostos, em temperatura ambiente, mostram-se indiferentes em contato com a água. Nenhum de seus constituintes são solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor.

O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de transbordo, transporte rodoviário, tratamento e disposição final em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, e públicos de características domiciliares, NÃO PERIGOSOS INERTES E NÃO INERTES, gerados no Município de Ouro Preto/MG.

Em nenhuma hipótese a empresa contratada irá envolver-se na logística que abrange a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos perigosos – Classe I da NBR ABNT 10.004:2004, tampouco dos resíduos provenientes da construção civil/demolição e construção (terras/areias, entulhos de obras públicas ou particulares), resíduos provenientes de processo industrial e lodos em qualquer estado provenientes de estações de tratamento de efluentes.

Ressalte-se que os resíduos sólidos classificados como Classe II-A e II-B (não perigosos) pela norma ABNT NBR 10.004/2004, originários de estabelecimentos comerciais como lojas em geral, lanchonetes, restaurantes, estabelecimentos bancários, escritórios, hotéis e pousadas, ou

estabelecimentos a estes similares, desde que constituindo-se de restos de refeições e resíduos decorrentes de seu preparo, embalagens diversas (plásticos e papéis), bem como demais resíduos inerentes a estas atividades e de mesmas características (sólidos urbanos não perigosos) dos domiciliares, são resíduos com os quais a empresa contratada deverá trabalhar.

4. SOBRE O MUNICÍPIO:

O Município de Ouro Preto/MG foi fundado em 1711, com a junção de diversos arraiais, por meio dos bandeirantes. Situa-se na Serra do Espinhaço na Zona Metalúrgica de Minas Gerais (Quadrilátero ferrífero), na Região Central do estado, a cerca de 98 quilômetros da capital Belo Horizonte.

Faz limite com os municípios de Catas Altas da Noruega, Itaverava, Ouro Branco, Congonhas, Belo Vale, Moeda, Mariana, Itabirito e Santa Bárbara.

No Município existem doze distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeiro do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras, Miguel Burnier, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto, São Bartolomeu e Rodrigo Silva, além de subdistritos, localidades e da sede.

Situa-se na Bacia do Rio das Velhas e possui também nascentes do Rio Piracicaba, Gualaxo, Mainart e Ribeirão Funil. A altitude máxima chega a 1.772 metros no Pico do Itacolomi.

Sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 74.824 habitantes (população estimada para 2021 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>) e possui uma área de 1.245.865 km².

O presente termo de referência tem como objetivo descrever e quantificar as atividades necessárias para os serviços de transbordo, transporte rodoviário, tratamento e disposição final

dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos, gerados pelo Município e, dessa maneira, atender à legislação vigente, contribuindo diretamente com a preservação do meio ambiente, a qualidade de vida da população, colocando-se dentre as cidades históricas que de fato se preocupam e prezam por esta pauta.

4.1. ÁREAS DE ABRANGÊNCIA:

A área de interesse é abrangida, principalmente, pela zona urbana (Sede) do Município e suas principais localidades, compreendendo os seguintes bairros:

Alto da Cruz
Água Limpa
Antônio Dias
Barra
Bauxita
Centro
Cabeças
Jardim Alvorada
Lagoa
Lajes
Morro Santana
Morro São João
Morro São Sebastião
Morro do Cruzeiro
Morro da Queimada
Nossa Senhora de Lourdes
Padre Faria
Piedade
Pilar

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

Rosário
São Cristóvão
Saramenha
Taquaral
Vila Aparecida
Vila dos Engenheiros
Vila São José

A área de interesse abrangida pelos distritos e subdistritos do município de Ouro Preto/MG, compreende as seguintes localidades:

Amarantina
Antônio Pereira
Bocaina
Cachoeira do Campo
Catete
Chapada
Engenheiro Corrêa
Glaura
Gouveia
Lavras Novas
Miguel Burnier
Rodrigo Silva
Santa Rita
Santo Antônio do Salto
São Bartolomeu
Sto. Ant. do Leite

Segue abaixo mapa do Município de Ouro Preto/MG, destacando as localidades de abrangência do presente projeto e suas distâncias até a sede.

Município de Ouro Preto

Área	Bioma
1.246 Km ²	Mata Atlântica

Fonte: IBGE

Distrito	Distância da Sede
District	Distance from Main City
Amarantina	30 km
Antônio Pereira	25,5 km
Cachoeira do Campo	22,1 km
Engenheiro Correia	37,9 km
Glaura	31,2 km
Lavras Novas	18,9 km
Miguel Burnier	57,7 km
Santa Rita	29,3 km
Santo Antônio do Leite	28,6 km
Santo Antônio do Salto	32 km
São Bartolomeu	18,7 km
Rodrigo Silva	21,5 km



5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

CONSIDERANDO que o manejo dos resíduos gerados pelas diversas atividades humanas constitui-se, atualmente, em um grande desafio a ser enfrentado pelas administrações municipais, notadamente os resíduos urbanos – comumente chamados de lixo comum, ou de lixo urbano;

CONSIDERANDO que o tratamento e a destinação final ambientalmente adequados de os resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares não perigosos gerados em nosso Município devem ser realizados de forma correta e dentro das exigências e especificações legais e infralegais, visando sempre a qualidade de vida da população e a proteção da saúde pública e do meio ambiente;

CONSIDERANDO que o Município de Ouro Preto/MG não possui veículos, equipamentos, maquinários, pessoal especializado tampouco local adequado e licenciado para a prestação direta dos serviços objeto deste edital;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 11.445/07 (Lei do Saneamento Básico) e na Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), dentre outras;

É dever da Administração Pública Municipal oferecer à população um serviço correto, adequado, eficiente, seguro e contínuo no que tange ao tratamento e à destinação final daquele que comumente se denomina de "lixo comum" ou "lixo urbano" gerado por seus munícipes, motivo pelo qual justifica-se a realização do presente certame para a contratação de empresa especializada objetivando a execução destes serviços, bem como daqueles que podem ser classificadas como atividades necessárias e atreladas àquelas (a - manutenção, operação e monitoramento de transbordo; e b - transporte rodoviário apropriado e seguro).

Em atenção à destinação final ambientalmente adequada, o processo de licitação contempla a alternativa amplamente conhecida, difundida e utilizada, de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário que possua licença ambiental válida e vigente.

Os itens que compõem o objeto deste documento são de natureza comum por terem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência, e por conter especificações usuais de mercado, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei n.º 10.520, de 2002.

6. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA LICITAÇÃO:

Nos termos do que preceitua o art. 23, §1º da Lei nº. 8.666/93, *"as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor*

aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”

Este entendimento encontra-se corroborado tanto na Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), quanto na Súmula n.º 114 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG):

Súmula 247, TCU: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Súmula 114, TCE-MG: “É obrigatória a realização de licitação por itens ou por lotes, com exigências de habilitação proporcionais à dimensão de cada parcela, quando o objeto da contratação for divisível e a medida propiciar melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampla participação de licitantes, sem perda da economia de escala, adotando-se, em cada certame, a modalidade licitatória compatível com o valor global das contratações.”

Como visto, o parcelamento do objeto – exceção à regra – deve ser analisado sempre de acordo com o objeto licitado, perquirindo-se essencialmente a viabilidade técnica e econômica do parcelamento ante a divisibilidade intrínseca do objeto.

Neste sentido é o Acórdão n.º 732/2008 do TCU:

“138. A questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto. (...)”

“139. Quanto à viabilidade econômica, realmente, contratos executados em um só lote costumam ter custos indiretos proporcionalmente menores, quando comparado com múltiplas contratações que abarquem o mesmo objeto, por conta da economia de escala. (...)” – TCU – Acórdão n.º 732/2008.

A Corte de Contas Mineira em resposta à Consulta n.º 725.044, de relatoria do Conselheiro Wanderley Ávila, proferida na Sessão de 09/05/2007, decidiu:

“(...) Ressalta-se que o parcelamento pode ser inviável, mesmo se estando diante de objeto divisível, quando restar provado pela Administração que poderá trazer prejuízo financeiro e operacional e inviabilidade técnica e econômica, hipótese em que deve ser realizado um único procedimento licitatório, pela totalidade do objeto.”

No mesmo sentido, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes manifestou-se da seguinte forma no Parecer n.º 2086/00, elaborado no Processo n.º 194/2000 do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

“Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação desta norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o

aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica.”

No presente certame, o objeto não foi parcelado em mais de um item, fundamentado tal procedimento tanto na condição econômico-financeira quanto no aspecto técnico dos serviços, ou seja, ainda que o objeto englobe serviços que tecnicamente poderiam ser prestados por várias empresas, sem dúvida esta divisão resultaria em encarecimento dos preços com a prestação de cada serviço por empresas diversas. A prestação dos serviços por uma única empresa atinge a exceção do menor preço em razão da economia de escala que esta empresa consegue alcançar, concatenando e encadeando os aspectos técnicos de todos os serviços o que obviamente permitirá às mesmas ofertar preços menores do que se ofertassem preços por serviço individualizado.

Ou seja, analisando-se a face econômico-financeira da contratação, a empresa que ofereça todos os serviços licitados obviamente irá diluir os custos daquele ou daqueles serviços de maior vulto, naquele ou naqueles de menor vulto, resultando em um preço global menor do que o preço a ser ofertado se não houvesse a possibilidade de assim proceder.

A título de exemplo, ao se exigir que uma mesma empresa preste os serviços de transbordo e disposição final em aterro sanitário, poderá esta empresa ter somente um responsável técnico e equipe técnica na composição de seus custos; *contrario sensu*, em se parcelando o objeto, cada empresa vencedora de um item deverá incluir nos preços destes itens um responsável técnico e sua respectiva equipe técnica, o que resultará, obviamente, em preços mais elevados por item.

Esta mesma análise também é verificada com relação a demais exigências obrigatórias e inerentes aos serviços prestados. Novamente a título de exemplo, a manutenção, operação,

monitoramento e preservação de licenciamento e cumprimento de condicionantes de estação de transbordo e de aterro sanitário: uma única empresa prestadora destes dois serviços possuirá uma única equipe prestadora destes serviços para cumprimento destas exigências, sendo o custo desta equipe diluído entre todos os serviços licitados, o que não se verifica caso empresas distintas prestem cada uma um destes serviços, pois estas empresas distintas deverão compor seus custos por serviços distintos, com uma equipe técnica necessária para atender cada serviço, sem possibilidade de diluição do custo em mais de um serviço.

Da mesma forma, uma mesma empresa transportando os resíduos até seu próprio aterro sanitário saberá certamente qual o custo total deste serviço de transporte em razão de a distância a ser percorrida. Caso uma empresa seja a transportadora e houver o risco de outra ser a unidade de destinação final, a distância a ser percorrida torna-se incerta e impactará para maior o preço final a ser ofertado pela empresa transportadora.

Concentrando-se os serviços em um único fornecedor, tem-se substancial redução nos custos de execução de todos os serviços – como explicado acima – bem como o enxugamento da estrutura do Município destinada a gerir e fiscalizar estes serviços.

Neste sentido, a Administração Pública ganhará em economia de escala com a adoção da opção realizada, sem trazer qualquer prejuízo à ampla participação no certame licitatório.

Ademais, o TCU, no Acórdão n.º 1.214/2013, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, orienta que: “Trata-se, assim, de prática regular do mercado prestar esses serviços de forma concomitante. Desse modo, a divisão do objeto, como previsto na norma transcrita, não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação. Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido. Nessa linha de

raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.”

Nestes termos, o modelo adotado pelo Município de Ouro Preto/MG está em perfeita consonância com a legislação e entendimento jurisprudencial vigentes, ao concentrar todos os serviços objeto da contratação em uma única licitação do tipo menor preço global.

7. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO POR SESENTA MESES:

O art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 não impede que contratos referentes a serviços de natureza continuada tenham seu prazo de vigência dimensionado em prazos superiores a doze meses. Há a imposição de um limite temporal de sessenta meses, há a facultatividade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos até estes sessenta meses, porém não esclarece este dispositivo – omite-se na verdade – quanto à vigência inicial de um contrato.

Apesar do *caput* deste dispositivo determinar que a duração dos contratos administrativos se restringe à vigência dos respectivos créditos orçamentários – e a Lei n.º 4.320/64 definir que o exercício financeiro coincide com o ano civil – observa-se que os incisos I, II e IV deste mesmo artigo 57 da Lei n.º 8.666/93 traz exceções a esta regra, permitindo alcançar a conclusão de que a vigência inicial não está presa a doze meses.

“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.”

Lei n.º 8.666/1993

Notadamente quanto à exceção do inciso II, esta aplica-se literalmente ao objeto da presente licitação, pois trata este dispositivo especificamente da contratação de empresa prestadora de serviços contínuos, admitindo a hipótese de que contratos por período inicial superior a doze meses pode levar à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública:

Assim, considerando que a legislação não determina expressamente que contratos de prestação de serviços de natureza contínua devem ter prazo inicial de vigência de doze meses, o entendimento correto é de que não está fixada uma orientação geral de que a administração deve ou não deve celebrar contratos para prestação de serviços continuados com prazo de doze, vinte e quatro, cinquenta ou sessenta meses. É uma avaliação que deve ser feita a cada caso, tendo em conta as características específicas da contratação pretendida.

Quanto à contratação dos serviços de transbordo, transporte rodoviário, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos não perigosos, não se mostra conveniente a rotatividade, a troca de empresas contratadas a cada curto período. Doze meses por exemplo, pode perfeitamente ser considerado curto período quando se está falando de serviços contínuos e essenciais como o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada, e dos serviços atrelados que não se mostram de menor importância ou de menor relevância – transbordo e transporte rodoviário no caso em tela.

O tratamento e a disposição final classificam-se como serviços públicos essenciais à coletividade e a todo o meio ambiente e, como se sabe, pequena interrupção objetivando-se a troca de empresa prestadora destes serviços gera repercussão que causa dano ambiental e a

responsabilização nas esferas cível, administrativa e penal inclusive, face às características únicas da responsabilidade ambiental principalmente quando observamos a realidade do Município de Ouro Preto/MG, que não detém profissionais, maquinários, equipamentos e local adequado (licenciado e em operação) para prestar estes serviços bem como o de transbordo e de transporte rodoviário.

Município como o nosso, de relevante valor histórico e cultural, destino de turistas de todo o mundo, local onde se realizam eventos dos mais variados temas, não possui, também, agentes públicos suficientes para a elaboração de estudos, coleta de dados e estatísticas, preços de mercado e, por fim, a condução de um novo certame como este que se referencia, a cada curto período de alguns meses. Certamente haveria a demanda de todo um setor ou departamento – ou até mesmo de uma Autarquia como o fazem alguns municípios – para tais esforços que seriam cíclicos e sabidamente dispendiosos.

Não há, em Ouro Preto, recursos, estruturas físicas móveis e imóveis, e notadamente pessoal, para arcar com o ônus de se realizar uma licitação como a presente a todo ano, motivos pelos quais, também, serve a designação de prazo de sessenta meses para a vigência da contratação a ser celebrada.

O próprio TCU, no Acórdão n.º 1.214/2013 – Plenário, em que citou inclusive outro julgado seu (Acórdão n.º 490/2012 - Plenário), sedimentou-se a possibilidade da fixação de um prazo inicial superior a doze meses para a contratação de empresa prestadora de serviços, inclusive ressaltando outro Acórdão, o TCU n.º 490/2012 – Plenário, que tratou da inconveniência de rotatividade de empresas na prestação de serviços continuados.

Referido Acórdão TCU n.º 1.214/2013 ainda afirma que, sendo o contrato assinado com prazo de sessenta meses, a Administração Pública pode avaliar se ele deve ser mantido, a cada doze meses, sob os pontos de vista econômico e de qualidade dos serviços. A contratação firmada por prazo de sessenta meses não significa um vínculo que não pode ser rescindido jamais.

A Advocacia Geral da União, por meio da Orientação Normativa n.º 038/2011, em seu item b asseverou que “excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração;”

À luz da orientação da AGU, o objeto da licitação pela qual o Município de Ouro Preto/MG pretende contratar empresa especializada e tecnicamente capaz de prestar os serviços transbordo, transporte rodoviário, tratamento e disposição final, por si só, face à sua complexidade, justificaria a contratação por período superior a 12 meses. Explica-se.

O serviço de transbordo de resíduos sólidos urbanos inclui-se dentre aqueles que deverão ser prestados pela empresa contratada, o que cria uma obrigação desta empresa em realizar as obras de construção deste empreendimento, com a observância de todas as obrigações que sobre esta atividade incidem (solo impermeável, captação de efluentes, sistema de tratamento de efluentes ou acumulação para retirada e encaminhamento para tratamento, adoção de medidas mitigadoras para evitar atratividade de espécies animais problemáticas, dentre outras).

A contratação por período de doze meses – ou por período pouco maior – inviabiliza ou *a)* a construção completa e plena operacionalização de estação de transbordo ou *b)* o preço a ser ofertado face à obrigatoriedade de a Administração Pública buscar a proposta mais vantajosa.

Propondo-se uma contratação de sessenta meses, assegura-se à empresa contratada diluir os custos com a construção e regularização de toda a estação de transbordo no preço final a ser ofertado, sendo este o que consta de proposta mais vantajosa do que se ofertasse preço para serviço a ser prestado por apenas alguns meses.

Desta forma, maior o prazo de vigência deste contrato, maior é a segurança das empresas para ofertarem seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com

isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas qualificadas para prestar os serviços.

8. ESTUDOS PRELIMINARES:

8.1. INFORMAÇÕES PARA A COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DOS SERVIÇOS:

Para a planilha de preços a ser apresentada pelas empresas licitantes, devem estas conter os seguintes parâmetros mínimos:

- A composição do BDI adotados os percentuais de acordo com Acórdão n.º 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU) para CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, por se tratar de prestação de serviços afetos ao saneamento público (a adoção de percentuais de outras atividades que não aqueles inerentes à CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, acarretará a desclassificação da proposta apresentada).

- A convenção coletiva de trabalho a ser utilizada como referência para as categorias envolvidas exceto motoristas deve ser a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2021 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG0001382/2021. SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DE MINAS GERAIS, CNPJ N. 65.174.153/0001-09 E SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO HOSPITALIDADE DE OURO PRETO E REGIÃO CNPJ N. 14.026.659/0001-21, 06/05/2021 Ministério do Trabalho e Emprego, caso nenhuma outra mais recente esteja em vigor. (Por se tratarem de convenções referentes ao ano de 2021 e devido a inexistência da convenção coletiva do ano de 2022, deve ser aplicado o percentual de reajuste de 11% sobre os valores incidentes, conforme média sindical para o ano de 2022).

- A convenção coletiva de trabalho a ser utilizada como referência para a categoria de motorista foi a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022 - NÚMERO DE REGISTRO NO

MTE: MG 001252/2022. SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DE MINAS GERAIS, CNPJ N. 65.174.153/0001-09 E SINDICATO DOS TRABALHADORES, TRANSP. RODOVIARIOS OURO PRETO, CNPJ N. 20.471.009/0001-98 Ministério do Trabalho e Emprego.

9. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:

Os serviços que serão realizados, integrantes do objeto do certame regulado por este documento, são os seguintes:

9.1. OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:

9.1.1. DEFINIÇÃO:

Nos termos da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) n.º 217/2017 ¹, Anexo Único, item 6, subitem 16, entende-se por estação de transbordo o “local dotado de infraestrutura apropriada para a transferência de resíduos sólidos urbanos (RSU) de um veículo coletor para outro veículo com maior capacidade de carga que transportará estes resíduos até a unidade de tratamento e/ou destinação final.”

Estação de transbordo compreende uma área apropriada, com piso impermeável no local de disponibilização de contêineres, cercada/isolada sem acesso de pessoas estranhas ao serviço bem como a animais de qualquer espécie, devidamente identificada por placa e a ser licenciada perante os órgãos de fiscalização, para, como visto, o acondicionamento temporário objetivando a

¹ DN COPAM n.º 217, de 06 de dezembro de 2017: “Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.”

transferência dos resíduos sólidos urbanos coletados por caminhão compactador, para veículos de grande capacidade que efetuarão seu transporte até aterro sanitário da empresa CONTRATADA.

Deverá apresentar, também, sistema de captação de qualquer efluente gerado a partir dos resíduos acondicionados, com canaletas direcionadas a sistema fossa e posteriormente a filtro e, por último, sumidouro, admitindo-se que este sistema fossa-filtro-sumidouro seja dispensado caso a CONTRATADA capte os efluentes gerados, armazene-os em recipiente que não possibilite sua dispersão e, posteriormente, efetue sua retirada e encaminhamento de todo ele para disposição final ambientalmente adequada em estação de tratamento de efluentes.

9.1.2. PLANO DE EXECUÇÃO:

O serviço que abrange a operação, o monitoramento e a manutenção de estação de transbordo deverá ser executado conforme descrição a seguir:

9.1.2.1. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

Após a coleta e descarregamento na estação de transbordo, os resíduos podem ficar acondicionados temporariamente pelo prazo máximo definido na legislação ambiental pertinente, obedecidas as disposições acima quanto aos seus efluentes para a inoccorrência de qualquer dano ao meio ambiente.

A estação de transbordo deve possuir plataforma plana e elevada em reação ao nível do solo para que o caminhão compactador descarregue os RSU's coletados diretamente no interior de contêineres que estarão localizados ao nível do chão.

Estes contêineres serão dotados de características para sua utilização pelo modo roll on roll off, ou seja, serão colocados e retirados por caminhões de grande porte equipados com implemento roll on roll off.

O acondicionamento destes resíduos em contêineres ocorrerá com a manutenção destes devidamente cobertos com lonas.

Será de responsabilidade da empresa contratada a manutenção da limpeza da estação de transbordo, recolhendo qualquer resíduo que, durante e/ou após o descarregamento, esteja ao chão, colocando-os no interior dos contêineres.

9.1.2.2. PLANO DE TRABALHO:

A estação de transbordo será erguida pela empresa contratada, após a assinatura do contrato, em imóvel a ser indicado pelo Município de Ouro Preto/MG, cabendo a Administração Pública providenciar toda a documentação pertinente quanto à autorização/permissão/cessão de uso desta área, bem como toda a documentação de que a empresa contratada necessite para a regularização deste empreendimento.

Para a operação, monitoramento e manutenção da unidade de transbordo a CONTRATADA deverá prover todo e qualquer recurso como mão de obra, ferramenta e equipamentos necessários para a execução dos serviços de cobrimento das cargas com tela e limpeza do pátio de armazenamento, bem como os devidos equipamentos, maquinários e instalações adicionais necessários para atendimento seguro e ambientalmente adequado das exigências normativas vigentes.

Os veículos responsáveis pela coleta de resíduos irão se dirigir até a estação de transbordo quando sua capacidade volumétrica estiver preenchida ou ao término de rota, efetuando o

descarregamento destes resíduos em plataforma elevada diretamente em contêiner disponibilizado no nível abaixo.

Referidos contêineres, quando de sua capacidade volumétrica preenchida, serão retirados pela empresa CONTRATADA por veículos apropriados e em seu lugar outro contêiner vazio será disponibilizado.

Estima-se que, inicialmente, 06 (seis) contêineres deverão ser disponibilizados pela empresa CONTRATADA, podendo o serviço ser efetivamente prestado com um número menor ou maior de contêineres, tudo no melhor interesse da Administração Pública.

9.2. TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ATÉ A UNIDADE DE DESTINAÇÃO FINAL (ATERRO SANITÁRIO DA EMPRESA CONTRATADA):

9.2.1. DEFINIÇÃO:

Sendo os veículos responsáveis pela coleta (compactadores em sua maioria) não recomendados para o transporte rodoviário tendo em vista o dimensionamento de sua estrutura mecânica face ao peso que podem transportar, necessário que o transporte rodoviário seja realizado por veículo apropriado, que se trata de caminhão com CMT de no mínimo 56 toneladas, acoplado a um reboque para que, desta forma, sejam transportados dois contêineres simultaneamente.

Para o ato de carregar e descarregar os contêineres, estes caminhões deverão possuir implemento roll on roll off.

O emprego do transporte rodoviário por meio de caminhões apropriados garante a segurança daqueles envolvidos direta e indiretamente nos serviços licitados, bem como a segurança de

terceiros, o que não estaria sendo buscado por este Município caso adotasse o transporte rodoviário por meio de caminhões compactadores.

9.2.2. PLANO DE EXECUÇÃO:

O serviço que abrange o transporte rodoviário deverá ser executado conforme descrição a seguir:

9.2.2.1. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

Deverão ser transportados os resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos, originários de residências, estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais, coletados no Município de Ouro Preto/MG e seus distritos, até o local de disposição final (aterro sanitário da empresa CONTRATADA), por meio de caminhões de grande capacidade.

Os materiais deverão ser transportados com o uso de equipamentos adequados, em bom estado de conservação e obedecendo às regulamentações pertinentes à sua classificação.

As cargas deverão estar adequadamente acondicionadas para o transporte em contêineres – dois ao mesmo tempo, utilizando-se para tanto de reboque – devidamente cobertos, de forma que não haja risco de vazamentos, quedas ou contaminação do ambiente e das vias.

O transporte de resíduos deverá atender aos requisitos de proteção ao meio ambiente, à saúde pública e aos padrões desejáveis de segurança.

Tendo em vista o aumento do trânsito de veículos pesados pela MG 129, notadamente no trecho entre Ouro Preto/MG e Ouro Branco/MG, tendo ocorrido inclusive acidentes com vítimas

fatais causados por estes veículos de grande porte/capacidade, **fica proibido o transporte rodoviário dos resíduos sólidos urbanos gerados por Ouro Preto/MG pela MG 129.**

A proibição acima se justifica pelo fato de parte da MG 129 ser trecho integrante da Estrada Real, que atrai turistas do Brasil e do mundo. O trânsito de veículos pesados com cargas siderúrgicas e de mineradoras existentes na região pela MG 129 trecho Ouro Preto/MG-Ouro Branco/MG tem sido objeto de discussão inclusive entre as Administrações Municipais de Ouro Preto/MG e Ouro Branco/MG, que buscam meios legais de diminuir os impactos deste tráfego.

Realizar a presente licitação fechando os olhos para esta situação temerária existente na MG 129 entre Ouro Preto/MG e Ouro Branco/MG, permitindo o transporte rodoviário por caminhões de grande porte dos resíduos sólidos urbanos gerados em Ouro Preto/MG, seria caminhar de forma contrária aos anseios da população destes municípios e contrariamente às intenções e condutas que estas administrações municipais discutem adotar.

Desta forma, as empresas licitantes deverão, junto com a Proposta de Preços e planilhas de composição de custos, APRESENTAREM DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EFETUARÃO O TRANSPORTE RODOVIÁRIO PELA MG 129 NO TRECHO ENTRE OURO PRETO/MG E OURO BRANCO/MG.

9.2.2.2. PLANO DE TRABALHO:

O transporte rodoviário ocorrerá a partir da estação de transbordo da CONTRATADA até seu aterro sanitário licenciado, diariamente ou a critério da empresa CONTRATADA desde que não haja a permanência dos resíduos acondicionados temporariamente por período maior do que o legalmente permitido.

Para controle da tonelagem de lixo transportado, será utilizada a balança rodoviária instalada no aterro sanitário da empresa CONTRATADA.

Todas as despesas com manutenção preventiva e corretiva, combustível, lubrificantes, despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais e quaisquer outras inerentes à prestação do serviço, ficarão a cargo exclusivamente da CONTRATADA.

Caberá à CONTRATADA, em todos os casos, a responsabilidade pela comunicação formal à Prefeitura Municipal de Ouro Preto sobre problemas, localizados ou gerais, encontrados na execução dos serviços planejados, de modo a que esta possa readequar o planejamento feito, em tempo hábil.

O pagamento deste serviço será por tonelada de resíduo efetivamente transportado (R\$/T), com pesagem comprovada por balança rodoviária instalada no aterro sanitário da empresa CONTRATADA.

9.3. DO SERVIÇO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADOS:

9.3.1. DEFINIÇÃO:

Os aterros sanitários são pouco ofensivos, ou quase inofensivos, ao meio ambiente, pois são construídos para evitar a contaminação do solo, da água e do ar. Dessa forma, os subprodutos do lixo, como chorume e gases tóxicos, são retidos e não entram em contato com a natureza.

O aterro sanitário é construído longe de centros urbanos e utiliza grandes extensões de terra, geralmente próximas a áreas verdes — para evitar transtornos à população, como o contato com o mau cheiro que pode existir, por exemplo. Essa é uma obra de engenharia projetada para reduzir os danos que o lixo causa à natureza.

A empresa CONTRATADA deverá receber e efetuar a disposição final de quantitativo estimado de resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos, de 1.500,00 toneladas por mês.

A contratação de aterro sanitário visa atender ao Município para o tratamento e a disposição final destes resíduos acima especificados pelo período de 60 (sessenta) meses.

A prestação dos serviços deverá atender as exigências ambientais, observados os padrões e normas regulamentares baixadas pelos órgãos competentes de controle ambiental, qualidade ambiental e saúde pública, tais como, Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA), dentre outros, atentando a empresa CONTRATADA para as prescrições contidas na Lei Federal n.º 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico); na Lei Federal n.º 12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais legislações pertinentes à matéria.

Tendo em vista esses conceitos, a empresa a ser CONTRATADA deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais – COPAM) e, eventualmente, municipal.

9.3.2. PLANO DE EXECUÇÃO:

O serviço que abrange o tratamento e a disposição final ambientalmente adequados deverá ser executado conforme descrição a seguir:

9.3.2.1. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

Quando da qualificação técnica e do início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a Licença de Operação (LO) do empreendimento válida e vigente, o que pressupõe que o empreendedor atendeu a todas as exigências normativas no que diz respeito:

- a) às características geológicas e hidro geológicas da área em que foi implantado o Aterro Sanitário;
- b) à preservação ou melhoria da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, na área de interferência direta do Aterro Sanitário;
- c) à adequada impermeabilização da base do mesmo (plataformas e taludes laterais);
- d) à adequada implantação e ao correto funcionamento dos sistemas de drenagem e tratamento de líquidos percolados ("chorume"), de gases e de águas pluviais e;
- e) ao atendimento de todas as conformidades com o projeto executivo obtido na aprovação da Licença de Instalação – LI do empreendimento.

Os serviços a serem realizados se encontram dentro das diretrizes técnicas aplicáveis bem como detalhados em toda a documentação que esta empresa previamente apresentou ao órgão ambiental competente e responsável pela emissão de seu licenciamento. Por este motivo, a licença ambiental válida e vigente é exigida como requisito de comprovação de capacidade técnico-operacional.

9.3.2.2. PLANO DE TRABALHO:

A base do aterro é coberta com uma camada impermeável, o que evita que o chorume produzido infiltre no solo e chegue aos lençóis freáticos. Além disso, o local deve contar com um sistema de captação de efluentes e gases.

Os aterros sanitários devem conter um sistema de drenagem pluvial, impedindo o contato entre o lixo e a água da chuva, evitando a contaminação. A área e a quantidade de lixo armazenadas devem ser monitoradas.

Deve possuir estação de tratamento de efluentes para que não haja sua entrega ao meio ambiente em seu estado bruto, contaminando-o.

Devem as suas obrigações, notadamente as condicionantes constantes de sua licença, serem cumpridas e regularmente informadas ao órgão ambiental competente.

É imprescindível que seja garantida pela CONTRATADA a devida agilidade na operação de descarga dos veículos, em qualquer época do ano, de forma a não resultar em atrasos desnecessários e prejudiciais ao fluxo da atividade de todos os serviços que se interligam ao tratamento e à disposição final – coleta, transbordo e transporte rodoviário.

Todas e quaisquer atividades relativas à operação e ao monitoramento do aterro sanitário serão integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, não sendo cabível a atribuição, por esta, à CONTRATANTE, de quaisquer responsabilidades quanto a eventuais problemas que ocorram no interior do empreendimento, inclusive em função da inadequada admissão e descarga, no aterro sanitário, de resíduos de natureza incompatível com a classe de seu enquadramento quando do processo de licenciamento ambiental.

10. PRAZO DO CONTRATO:

- 10.1. O período de execução, ou prestação dos serviços é de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura do contrato e o prazo de vigência contratual também 60 (sessenta) meses a partir da assinatura do contrato;
- 10.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de acordo com a necessidades da Secretaria de Obras e Urbanismo, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93, através do termo de aditivo.

11. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

- 11.1. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que a prestação do serviço seja feita em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios;
- 11.2. A empresa CONTRATADA deverá executar os serviços propostos atendendo a todas as especificações técnicas e planilhas de custo;
- 11.3. A CONTRATADA deverá fornecer e se responsabilizar por quaisquer despesas com materiais, equipamentos, pessoal, transporte, impostos, alimentação de pessoal, equipamentos de segurança, obrigações sociais trabalhistas e quaisquer demais despesas decorrentes da execução do serviço;
- 11.4. O material utilizado como insumo para a execução destas atividades deverá atender as normas da ABNT;
- 11.5. Para a execução destas atividades, será obrigatório o emprego de mão de obra qualificada;

- 11.6. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de segurança para os operários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT, devendo estar em perfeitas condições de uso e em número suficiente para os serviços contratados;
- 11.7. A CONTRATADA deverá promover o transporte dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, bem como do pessoal até o local dos trabalhos;
- 11.8. A CONTRATADA deverá manter os locais das intervenções/serviços devidamente sinalizados com placas, cones e cavaletes e manter o local limpo e desembaraçado, durante todo o decorrer da execução dos serviços;
- 11.9. Todos os procedimentos deverão cumprir o que estabelece a NR-18 referente a Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- 11.10. Caso o serviço apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, à CONTRATANTE solicitará a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. O atraso na correção dos mesmos acarretará a aplicação das penalidades cabíveis;
- 11.11. A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a fiscalização e supervisão da Prefeitura à inspeção das obras e serviços em qualquer dia e horário, prestando todas as informações necessárias;
- 11.12. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários uniformes novos;
- 11.13. A CONTRATADA deverá apresentar ao Município, sempre que solicitado, ficha ou registro de empregados, comprovantes de cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança em geral;

- 11.14.** A CONTRATADA deverá comunicar à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, com antecedência, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em partes;
- 11.15.** A justificativa de quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos previstos acima somente será considerada se apresentada por escrito, e após aprovação da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- 11.16.** A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo;
- 11.17.** A Contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- 11.18.** A Contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, inclusive sociais e salariais dos empregados, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para execução dos serviços;
- 11.19.** A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros;
- 11.20.** O Município de Ouro Preto convocará a licitante para assinar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação, sob

pena de não o fazendo, ficar caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, com aplicação das sanções cabíveis;

12. SUBCONTRATAÇÃO:

- 12.1. O contrato firmado com o Município não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação sem autorização expressa deste, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão;
- 12.2. Desde que devida e expressamente autorizado pelo Município, a CONTRATADA poderá subcontratar até 30% (trinta por cento) do objeto, excluídas as parcelas de maior relevância do objeto, inclusive as que foram utilizadas como parâmetro para a análise da qualificação técnica;
- 12.3. A CONTRATADA, no caso de subcontratação, se responsabilizará solidariamente em relação ao ambiente de trabalho da subcontratada;
- 12.4. Na eventualidade e permissão de subcontratação, se autorizada pelo Município, deverá ocorrer somente com pessoas devidamente inscritas nos órgãos competentes;
- 12.5. Fica vedada a subcontratação de pessoas jurídicas ou físicas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em Licitação com a Administração, bem como aquelas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

- 13.1.** A remuneração da empresa contratada ocorrerá com a apresentação, por parte da mesma, além da fatura/nota fiscal referente aos serviços prestados, inclusive todos documentos que constam no Item 14 – MEDIÇÕES, referente ao período da medição.
- 13.2.** Relatório de pesagens ou ticket de balança deverá ser obtido a partir de balança rodoviária instalada no aterro sanitário da empresa contratada, devendo esta estar regularmente aferida e calibrada, contendo no mínimo as seguintes informações de cada veículo pesado: peso de entrada, peso de saída, peso líquido, data e hora de entrada, data e hora de saída, placa do veículo e informação sobre o gerador (Município de Ouro Preto/MG).
- 13.3.** O faturamento/cobrança será efetuado levando-se em consideração valor fixo por tonelada (R\$/T) efetivamente coletada, transbordada, transportada, tratada e ao final disposta de forma ambientalmente adequada no aterro sanitário da empresa contratada.
- 13.4.** A oferta de preço das empresas licitantes conterà o valor total da tonelada por todos os serviços, devendo, em planilha de composição de custos, ser individualizado o valor por tonelada de cada serviço e, ao final, somados estes valores por tonelada de cada serviço.

14. MEDIÇÕES:

- 14.1.** As medições e aferições serão feitas, em duas vias, conforme cronograma físico-financeiro aprovado e/ou de acordo com o “Relatório de Serviços Executados” apresentados pela CONTRATADA, devendo a equipe de fiscalização da CONTRATANTE, decidir sobre sua aprovação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após sua apresentação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

- 14.2.** As medições e aferições serão realizadas através de levantamento no campo dos serviços efetivamente executados, no intervalo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço.
- 14.3.** Os boletins de medição dos serviços serão emitidos em duas vias, devendo ser aprovados e assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA e pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE.
- 14.4.** Os boletins de medição deverão conter os seguintes documentos:
- a) Planilha de quantidades, inclusive número, período e valor da medição;
 - b) Memória de cálculo;
 - c) Certidões de regularidade Municipal, Estadual e Federal;
 - d) Certidões de regularidade do FGTS, Trabalhista e de Falência;
 - e) Cópia de ART, ou documento comprobatório equivalente de responsabilidade técnica para o serviço do objeto.

15. ORDEM DE SERVIÇO:

- 15.1.** A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, emitirá Ordem de Serviço (O.S.) para início das atividades, após isto, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para início das atividades;

16. OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES:

16.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nos itens 9 e 12;
- b) Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- c) Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;
- d) Serão realizadas visitas pela contratante ou prepostos devidamente qualificados, que terão por objetivo: a avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados; a medição dos serviços concluídos, especialmente ao final da obra.

16.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;
- b) Assegurar, durante a execução, a proteção e conservação dos serviços prestados;
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas no todo ou na parte, objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorporações resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- d) Permitir e facilitar à Fiscalização ou Supervisão do Município a inspeção da obra, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- e) Participar à Fiscalização ou Supervisão do Município a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação;
- f) Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, estabelecendo rigorosamente as normas da ABNT, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pelo Município;
- g) Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e posturas do município de Ouro Preto-MG, sobre a execução de serviços em locais públicos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

- h) Substituir, por exigência e exclusiva conveniência da Administração, qualquer elemento do seu quadro de pessoal, no prazo máximo de quarenta e oito horas;
- i) Responder por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;
- j) Assumir responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- k) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança Medicina e Higiene do Trabalho;
- m) Emitir, ao final de cada período mensal, relatórios das atividades desenvolvidas (Relatório Diário de serviços) pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- n) Ter pleno conhecimento das condições locais e da região onde serão executados os serviços.

17. SANÇÕES:

- 17.1.** Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis;
- 17.2.** A advertência, realizada por escrito, pelo Departamento de Licitações e/ou Departamento de Atos e Contratos, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes caso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

- a) Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;
- b) Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- c) Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- d) Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

17.3. A advertência será expedida, também, pelo Ordenador de Despesas competente, orientado pelo fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

- a) Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- b) Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.
- c) Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

17.4. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;
- c) 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

17.5. A multa será formalizada por apostilamento e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, observada a seguinte ordem:

- a) Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;
- b) Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- c) Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

17.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

- a) O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;
- b) A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

- 17.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- 17.8. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.
- 17.9. A suspensão impedirá, temporariamente, a fornecedora de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:
- a) Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuem ocorrência anterior registrada em documento oficial;
 - b) Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;
 - c) Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
 - d) Por até 02 (dois) anos quando praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;
 - e) Por até 02 (dois) anos quando receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;
 - f) Por até 02 (dois) anos quando manter comportamento inidôneo.
 - g) O prazo acima mencionado, será limitado a 05 (cinco) anos.

- 17.10.** São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e o Departamento de Atos de Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- 17.11.** Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo;
- 17.12.** A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal;
- 17.13.** A declaração de inidoneidade, de competência do Secretário Municipal, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração Pública e/ou aos administrados;
- 17.14.** Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei 8.666/93;
- 17.15.** A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

18. DOS VALORES DE REFERÊNCIA/ESTIMADO/MÁXIMO:

Tanto o Decreto n.º 3555/2000 quanto a Lei n.º 10520/2002 preconizam os elementos que devem constar no edital, inexistindo a obrigatoriedade de divulgação do orçamento e de planilhas estimando o custo da contratação.

Este é o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União:

“REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI DE LICITAÇÕES. POSSIBILIDADE DE COMBINAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM ALIENAÇÃO. INCOMPATIBILIDADE ENTRE DISPOSITIVOS DO EDITAL. CONTRATO. EXECUÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES. 1. Na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo.” (Acórdão nº 114/2007, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler)

“9. Assim, ressalvada a necessidade de que as estimativas estejam presentes no processo, acredito que deve ficar a critério do gestor a decisão de publicá-las também no edital, possibilitando desse modo que adote a estratégia que considere mais eficiente na busca pela economicidade da contratação.” (Acórdão nº 1405/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinícios Vilaça)

Ademais, além da não obrigatoriedade de divulgação de preço de referência/estimado/máximo junto ao edital nos termos de toda a legislação que regulamenta a modalidade pregão, opta esta Administração em assim proceder pois, com a divulgação destes valores, o dispositivo inserto no inciso XVII, art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 perde sua finalidade.

Assim dispõe este dispositivo, com aqueles aos quais ele referencia:

“Art. 4º - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

(...)

XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

(...)

XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XVII – nas situações previstas nos incisos XI e XVI, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.”

Ora, com a divulgação prévia, o licitante vencedor, sabendo que sua proposta está dentro do estimado, em tese, não se preocupará em negociar seu preço com o pregoeiro, pois sabe que a Administração deve contratá-lo com o preço apresentado, uma vez que está dentro da estimativa.

Por estes motivos, não haverá divulgação de preço de referência/estimado/máximo no presente certame, buscando assim esta Administração obter aquela que é a proposta mais vantajosa.

19. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

- 19.1.** As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

20. VALOR GLOBAL E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

20.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

- 02.14.01.15.452.0105.2201 3.3.90.39.00, FR: 108, FICHA: 1020

21. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

21.1. O fiscal do contrato será o funcionário Carlos Henrique de Araújo – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do Município de Ouro Preto.

21.2. O Gestor do contrato será o funcionário Rodrigo Bibiano da Silva - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do Município de Ouro Preto.

Ouro Preto, 08 de dezembro de 2022

Franklin Evangelista

Secretário da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do Município de Ouro Preto.

Rodrigo Bibiano da Silva

Diretor do Departamento de Limpeza Urbana - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do
Município de Ouro Preto